NOVA HISTÓRIA DAS MULHERES

Carla Bassanezi Pinsky
Joana Maria Pedro
Organização

SBD-FFLCH-USP
374465

editoracontexto

CORPO, PRAZER E TRABALHO

Joana Maria Pedro

Você considera que as mulheres são profissionalmente tão capazes quanto os homens? Revolta-se quando alguém é discriminada, sofre violência ou é desqualificada por ser mulher? Acha que as mulheres, assim como os homens, têm direito ao prazer sexual? Se respondeu *sim* a essas questões, então você se identifica com uma importante bandeira do feminismo: a igualdade de direitos para homens e mulheres. Mas você se autodenomina feminista?

A ONDA QUE ATINGIU O BRASIL

Durante muito tempo, no Brasil, as pessoas separaram *feminista* de *feminina*, como se fossem coisas opostas. Até o final dos anos 1980, por exemplo, poucas pessoas aceitavam o rótulo de feminista, porque, no senso comum, o feminismo era associado à luta de mulheres masculinizadas, feias,

Mulheres eram personagens presentes nas manifestações de rua. (Populares nas ruas do centro do Rio de Janeiro na tarde de 1º de abril de 1964.)

lésbicas, mal-amadas, ressentidas e anti-homens.[1] Se as mulheres que eram a favor da emancipação feminina não queriam ser vistas assim, o que dizer dos homens que, por apoiarem-nas, estavam sujeitos a todo tipo de gozação machista? Definir-se como feminista no Brasil era um grande risco.

Apesar dos preconceitos existentes, a partir dos anos 1960, o país viu surgir o feminismo de "Segunda Onda":[2] um movimento com objetivos um tanto distintos dos que haviam movido as militantes no passado. Junto com o combate às depreciações que tinham como alvos ativistas e simpatizantes, o novo feminismo apresentou reivindicações para além das relativas aos direitos políticos, econômicos e educacionais.

Ainda que fortemente inspirado pelos movimentos feministas de "Segunda Onda" que se multiplicavam no exterior, o do Brasil guardou especificidades por conta da conjuntura política; o país vivia sob uma ditadura militar[3] que colocava grandes obstáculos à liberdade de expressão e levava, como reação, a lutas políticas e sociais com viés de esquerda. Os grupos de oposição ao governo contavam com grande participação de mulheres que também estavam envolvidas nos chamados "movimentos de mulheres"[4] e na militância feminista. Com isso, no Brasil, a questão do trabalho e os problemas da mulher trabalhadora tiveram inicialmente prioridade sobre tantas outras pautas feministas da "Segunda Onda". Porém, em pouco tempo, as demais reivindicações ganhariam força, com destaque para os assuntos ligados a sexualidade e corpo e à violência contra a mulher, por exemplo.

VISIBILIDADE DAS MULHERES

O processo acelerado de urbanização[5] – iniciado uma década antes e intensificado a partir dos anos 1970 – fez das mulheres personagens visíveis em diversos espaços públicos. Entre outros, a presença feminina aumentou nas universidades e nos empregos formais. Os rostos femininos também eram nítidos nas manifestações de rua, como comprovam as fotos dos jornais da época.[6]

As mulheres estiveram, por exemplo, nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade,[7] de direita, ocorridas antes do Golpe Militar, e na Passeata dos 100 Mil, de oposição ao governo, no Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1968.[8] Ao longo das décadas de 1960, 70 e 80, mulheres atuaram ainda nos clubes de mães, nos movimentos por creche, nas marchas da "panela vazia"

(ou "panelaços"), nas reivindicações por anistia política (aos presos e aos perseguidos pelo regime) e no movimento Diretas Já (por eleições diretas).[9] Além disso, criaram associações femininas específicas e "casas da mulher".[10] Nos sindicatos, reivindicaram a existência de seções femininas e exigiram a inclusão de mulheres nos cargos de diretoria; realizaram encontros de trabalhadoras e participaram ativamente da vida sindical.[11] Portanto, no Brasil, o feminismo de "Segunda Onda" foi contemporâneo de muitos outros movimentos que contavam (e contam) com expressiva participação de mulheres. A diferença está no fato de o movimento feminista propriamente dito ser o que desenvolve lutas contra a opressão específica das mulheres e reivindica direitos para elas. É o movimento feminista que também afirma que as relações entre homens e mulheres não são inscritas na natureza, mas sim fruto da cultura e, portanto, passíveis de transformação.

GRUPOS DE CONSCIÊNCIA OU DE REFLEXÃO

No Brasil, como em outros países, o feminismo de "Segunda Onda" adotou, em seus primeiros tempos, uma metodologia revolucionária de divulgação de suas ideias: os grupos de consciência, também chamados de grupos de reflexão. Esses grupos eram constituídos apenas por mulheres – elas diziam que a presença de homens as inibia – que se reuniam nas casas umas das outras, ou em lugares públicos, como cafés, escritórios, bares e bibliotecas, para discutir problemas específicos das mulheres e se contrapor ao machismo vigente. Para cada reunião, as componentes deveriam trazer outras participantes. Quando o grupo ultrapassasse 24 pessoas, seria dividido, formando novos grupos. A proposta era forjar uma rede, espalhando grupos desse tipo por diversos lugares.

Muitas das integrantes desses grupos não se diziam feministas, preferindo afirmar que faziam parte do Movimento de Libertação da Mulher.[12] As autointituladas "liberadas" eram as que adotavam explicitamente a postura de enfrentar o domínio dos homens nas relações sociais e nos relacionamentos particulares.

Um dos primeiros grupos de que se tem notícia surgiu em 1972 em São Paulo e era formado por mulheres intelectualizadas (algumas eram professoras universitárias) que tinham entre 30 e 38 anos de idade. Várias delas haviam realizado viagens aos Estados Unidos ou a países da Europa Ocidental, onde ouviram falar da existência de grupos desse tipo, sendo que algumas haviam

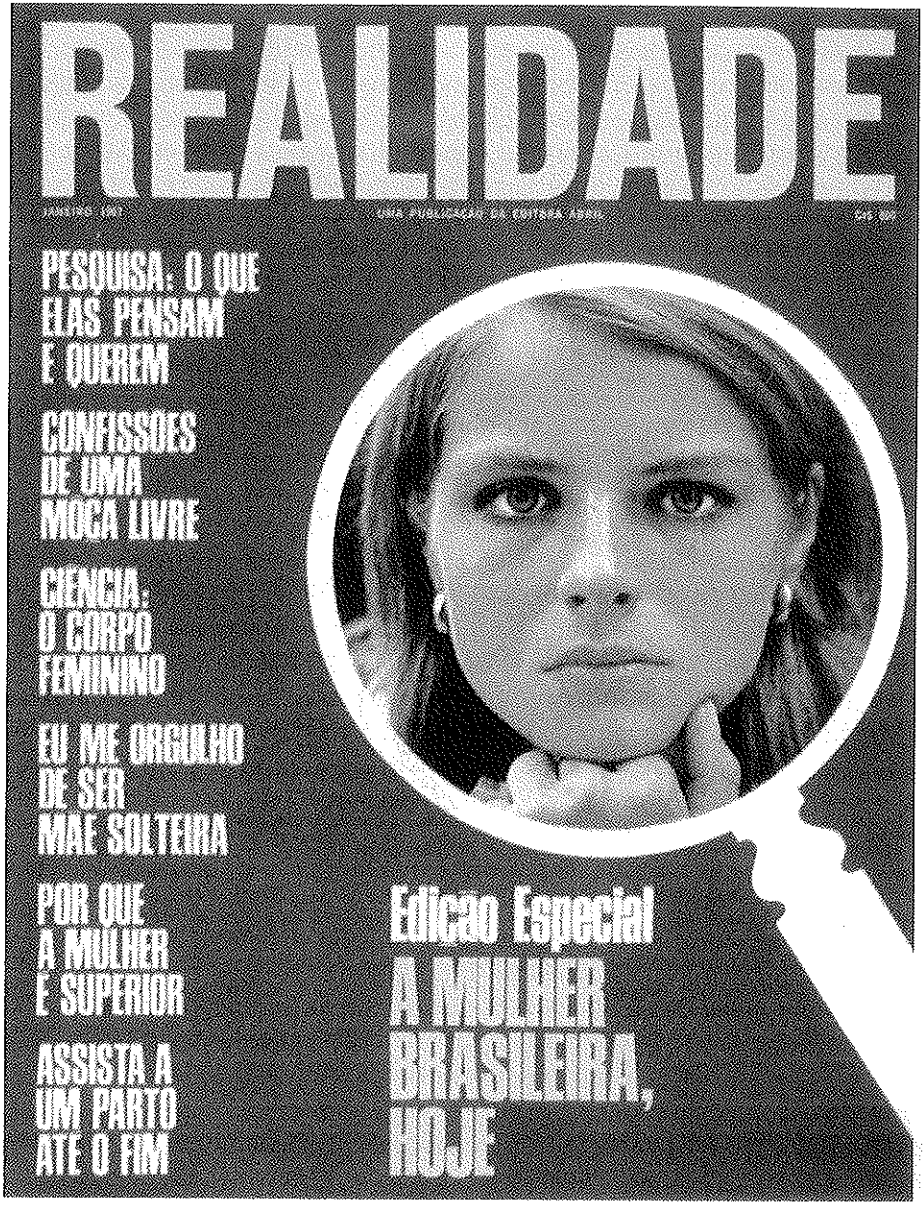
tido a experiência de participar pessoalmente de algum deles. Retornando ao Brasil, trouxeram na bagagem livros que discutiam o feminismo e propunham mudanças culturais que começariam por meio da formação desses grupos. A maioria delas tinha atuado ou ainda militava em partidos políticos, ou, então, era parente de gente envolvida em algum tipo de luta de resistência contra a ditadura. Desse grupo de São Paulo, que se chamou Grupo de Conscientização Feminista e atuou como grupo de consciência até 1975, participaram nomes como Maria Odila Leite da Silva Dias, Célia Sampaio, Beth Mendes, Walnice Nogueira Galvão, Albertina Costa, Marta Suplicy, entre outros.[13]

No Rio de Janeiro, também foi criado um grupo desses em 1972. Branca Moreira Alves, que estudara em Berkeley, nos Estados Unidos, e lá participara por três meses de um grupo de reflexão, trouxe para o Rio de Janeiro sua prática de organização. O grupo carioca adotou o nome de Grupo de Reflexão e durou até 1973. Conseguiu reunir um número expressivo de mulheres que, depois, foi dividido em dois, em função da idade das participantes. O grupo das mais velhas se dedicava a ler e discutir literatura feminista. O das mais jovens – que funcionou por mais tempo – preocupava-se também com questões de sexualidade, dando espaço para depoimentos intimistas,[14] como narrado por Branca Moreira Alves:

> Nos dias de grupo de reflexão em que eu falava: "Eu nunca gozei", a outra também dizia que nunca tinha gozado e como era isso. E num grupo de reflexão, aqui no Rio, uma amiga minha me ensinou a tirar a cúpula do chuveiro e deixar a água cair no clitóris e aí foi o meu primeiro orgasmo. Isso aos 35 anos. Essa amiga disse: "Se você não sabe o que é orgasmo então vai saber." Me botou lá deitada com a água no clitóris e fechou a porta e disse: "Vou ficar aqui te esperando, fica aí." Aí, quando deu o orgasmo que eu tremi toda e saí de perna bamba, ela ficou rindo: "É, conseguiu." Foi uma revelação.[15]

Essa pequena história, um exemplo dos assuntos discutidos nessas reuniões, pode hoje causar espanto: como uma mulher adulta ainda não sabia o que era um orgasmo? A facilidade de obter informações que se tem atualmente sobre o corpo e o prazer sexual não existia em meados dos anos 1960 e início dos anos 1970. E, mais; durante muito tempo, acreditou-se que a "mulher distinta", "respeitável", não sentia desejo, nem prazer, pois todo seu ser deveria destinar-se à maternidade.

Foi para enfrentar a ignorância e o preconceito sexual que mulheres norte-americanas (brancas e de camadas médias urbanas) inventaram de



As feministas a favor da liberdade sexual feminina enfrentaram muitos preconceitos. (Capa da edição especial da revista *Realidade* de janeiro de 1967 proibida de circular sob a alegação de incentivar a "obscenidade" e ofender a "honra da mulher".)

se reunir formando grupos de consciência/reflexão em que discutiam sobre corpo e sexualidade. Seu exemplo inspirou mulheres no mundo todo. A necessidade de debater sobre tais assuntos e de lutar por mudanças de comportamento que dessem mais liberdade às mulheres foi reconhecida em vários países também graças a uma conjuntura favorável de mudanças.

Datam dos anos 1950 a publicação de grandes pesquisas sobre sexualidade feitas nos Estados Unidos. Em formato de livro, foram verdadeiros sucessos editoriais. Obras como as de Alfred Charles Kinsey, de Master & Johnson e de Shere Hite[16] divulgaram os resultados de estudos sobre o comportamento sexual de pessoas comuns nas suas mais diversas manifestações. No Brasil, as conclusões dos cientistas ficaram conhecidas principalmente por meio da imprensa, em especial revistas voltadas para as camadas médias urbanas. As pesquisas passaram a servir de ponto de referência para as pessoas pensarem sua própria sexualidade. O assunto sexo deixava então de ser tabu para virar tema de conversas e, pouco depois, de reivindicações.

Desde o início da década de 1960, estava disponível no mercado um método mais seguro de contracepção, a "pílula".[17] A existência desse método anticoncepcional ajudou a consolidar na mentalidade das pessoas a separação entre procriação e sexualidade, com o aval das ciências médicas. Com a existência da pílula, o prazer das mulheres nas relações sexuais tornou-se uma questão ainda mais importante. O medicamento que libertava as mulheres da gravidez indesejada levou-as a se preocupar cada vez mais com que seu desejo fosse levado em consideração na relação sexual. Difundiu-se a ideia de que o prazer não devia, como no passado, ser apenas prerrogativa dos homens. (Esta questão daria o tom de várias reuniões dos grupos de consciência/reflexão no Brasil.) Além disso, a pílula permitiu às mulheres planejarem com mais segurança se, quando e quantos filhos queriam ter, levando em consideração estilo de vida, carreira profissional e questões financeiras. Puderam, então, cogitar outros futuros.

Em seus debates, as participantes dos grupos de reflexão/consciência adotavam uma metodologia chamada "linha da vida" que as levava a falar sobre suas vivências pessoais. Conversavam sobre como viam o próprio corpo e o dos homens, contavam sobre a experiência da menstruação ou do aborto, narravam situações em que percebiam terem sido discriminadas por ser mulher na família ou no trabalho, comentavam a relação com o pai, com marido, com outros homens, diziam o que pensavam a respeito do desejo sexual e do prazer.

Essas mulheres consideravam que a vida privada era fruto da sociedade. Abraçaram, então, o *slogan* feminista difundido internacionalmente: "O

pessoal é político". Além disso, questionavam os preconceitos machistas e procuraram divulgar para além do círculo restrito dos grupos a ideia do "orgulho de ser mulher", entendendo que isso é que definia a "condição feminina", e não a biologia como acreditava o senso comum.

Por negarem a existência de líderes ou de porta-vozes e rejeitarem hierarquias, as participantes preferiam que as reuniões não tomassem um rumo predeterminado ou fossem dirigidas. Todas deveriam ter direito à palavra. Toda palavra seria qualificada. Ninguém seria a "dona da verdade". Ao trabalhar de forma coletiva e sem dirigentes, acreditavam recusar qualquer "relação competitiva" entre mulheres.

Por que tanta preocupação em dar o direito à palavra a *todas* as mulheres? Para entender isso é preciso lembrar que são também deste mesmo período os movimentos juvenis (como o "Maio de 1968" francês, que repercutiu no mundo todo), os pacifistas (contra a guerra do Vietnã, contra a corrida armamentista), os movimentos pelos direitos civis dos negros e outras minorias (particularmente nos EUA) e os movimentos de resistência a governos ditatoriais (na América Latina). Todos eles contavam com a participação de mulheres. Porém, elas, muitas vezes, eram menosprezadas pelos companheiros ativistas. Queixavam-se de que sua atuação consistia em datilografar, reproduzir material de divulgação, distribuir panfletos, fazer café, limpar os ambientes, enfim, realizar tarefas consideradas de pouca importância. As decisões políticas eram tomadas pelos homens, pois mesmo as mulheres que participavam das reuniões estratégicas tinham suas opiniões desqualificadas ou ignoradas, como se nada tivessem dito. Por essa razão, as militantes sentiram a necessidade de criar "alas femininas" em vários desses movimentos. Elas passaram a se reunir em separado, formando "grupos de consciência" no interior dos movimentos sociais; garantindo, assim, que a fala de cada uma fosse assegurada e respeitada. Porém, foram rapidamente acusadas pelos companheiros de dividir a militância ou de enfraquecê-la com "questões secundárias". Para as feministas, contudo, a questão do direito das mulheres era fundamental.

FORMANDO REDES

Um dos objetivos dos grupos de consciência/reflexão das mulheres era aumentar a solidariedade entre elas e melhorar sua autoestima. Esquemas

semelhantes haviam sido utilizados, por exemplo, pelos camponeses na China pré-revolucionária. Fazer uso da palavra e expor suas queixas levavam as pessoas a compreender que os problemas vividos individualmente constituíam, em verdade, uma questão coletiva.[18]

É possível acompanhar a reprodução desses grupos de consciência/reflexão em diversos lugares do Brasil, que se comunicavam como numa rede. Em Florianópolis (Santa Catarina), por exemplo, nos anos 1980, formaram-se dois grupos feministas: Amálgama e Vivências. O primeiro contava com a presença da socióloga Julia Guivant, que tinha participado de um grupo em Campinas (São Paulo) na época de seu doutorado. Esse grupo de Campinas era coordenado por Marisa Correa. Marisa, por sua vez, tinha conhecido um grupo desses nos Estados Unidos antes de formar o de Campinas. Em Rio Branco (Acre), outro exemplo, Julia Matias participou do grupo organizado por Teresa Mansur, que viera de Vitória (Espírito Santo) e ensinara a mulheres de Rio Branco a trabalhar a partir da metodologia da "linha da vida".

Costumavam fazer suas reuniões em círculos; daí a preferência por nomearem seus grupos com as palavras "coletivo" e "círculo". Vários deles publicaram periódicos para divulgar suas ideias e atividades. Os títulos dessas publicações, em geral, traziam um sentido plural da palavra "mulher", por exemplo: *Nós Mulheres* e *Mulherio*. Fora do Brasil, havia publicações feministas intituladas *Nosotras* (no Chile e no México), *Nos/Otras* (na Espanha), *Noi Donne* (na Itália). Comunicando-se também dessa forma, os grupos de consciência/reflexão de mulheres formavam uma grande rede, uma "coletividade internacional".

No Rio de Janeiro, por exemplo, um grupo de reflexão formado no início dos anos 1970 conheceu, através de Marhel (Maria Helena Darcy de Oliveira), a literatura feminista europeia enviada ao Brasil por uma cunhada de Marhel exilada na Suíça.[19] Como se pode ver, as redes brasileiras que estavam se constituindo e se consolidando nesse período tinham ligações de vários tipos com o que ocorria em outros países.

A CRIAÇÃO DE CENTROS DA MULHER

Foi uma componente de um desses grupos, Mariska Ribeiro, quem conseguiu patrocínio da ONU[20] para realizar o encontro em 1975, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, que seria consi-

derado o marco fundador do feminismo de "Segunda Onda" no Brasil. O encontro organizado para discutir "o papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira" levou à decisão de se criar o Centro da Mulher Brasileira (CMB), na cidade do Rio de Janeiro, em uma sala alugada com recursos conseguidos pela feminista Rose Marie Muraro. Entre os objetivos do CMB, estavam o "estudo, a reflexão, pesquisa e análise" das questões da mulher e a "criação de um departamento de ação comunitária para tratar concretamente e em nível local dos problemas da mulher".[21] Em outras palavras, as feministas ligadas ao CMB tinham a intenção de "conscientizar" as camadas populares.

Aos poucos, porém, o Centro acabou sendo controlado por militantes do PCB (Partido Comunista Brasileiro),[22] o que desagradou a muitas ativistas do CMB. Em abril de 1979, uma parte das pessoas que compunham o CMB separou-se, formando o Coletivo de Mulheres. Num documento de junho de 1980, em que explicitaram sua pauta de reivindicações, declararam: "Queremos o aborto livre e gratuito. Precisamos da democracia pelo direito básico da Existência. Falamos muito de sexualidade, e por que não? Detestamos os patrões e assim por diante [...]."[23]

As ativistas do Coletivo de Mulheres não eram as únicas a levantar a bandeira do "aborto livre e gratuito". Ela fazia parte das reivindicações do feminismo internacional. Desde que os métodos contraceptivos passaram a enfocar o organismo feminino,[24] as mulheres começaram a exigir um controle maior sobre seu próprio corpo. E o direito à interrupção da gravidez indesejada passou a fazer parte da pauta feminista. "Um filho se eu quiser, quando eu quiser" e "Nosso corpo nos pertence" eram palavras de ordem nessa época. No Brasil, entretanto, a reivindicação do direito ao aborto encontrava muitos obstáculos para se fazer ouvir, já que, tendo em vista o contexto da ditadura, as mulheres ativistas tinham que buscar diferentes aliados, até mesmo na Igreja Católica, sendo obrigadas a fazer concessões estratégicas para mantê-los.

Em outubro de 1975, por exemplo, ocorreu na Câmara Municipal de São Paulo o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, patrocinado pelo Centro de Informação da ONU e pela Cúria Metropolitana. Desse encontro nasceu, em novembro do mesmo ano, o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB) com o objetivo de ser um centro, com sede física e estatutos, de estudos e reflexão voltados para o desenvolvimento de uma "consciência nacional da condição da mulher".[25] Duraria até 1979.

O SURGIMENTO DOS PERIÓDICOS

Data de 9 de outubro de 1975 a publicação do número zero do jornal *Brasil Mulher*. Impresso em Londrina, no Paraná, era ligado ao CDMB de São Paulo. Com oito páginas, tinha Joana Lopes à frente da editoria. Este jornal alcançou 20 edições. Sua periodicidade dependeu dos recursos que as ativistas conseguiram arrecadar com vendas e doações. O número 1 saiu em dezembro, trazendo um balanço do Ano Internacional da Mulher. O número 2, publicado no início de 1976, empregou, pela primeira vez, a palavra *feminismo*. Porém, essa palavra incomodava algumas mulheres que compunham a editoria do jornal, pois o periódico vinculava-se muito mais à luta contra a ditadura e pela anistia política do que às questões feministas propriamente ditas. A editoria do *Brasil Mulher* era formada por pessoas ligadas ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil), à APML (Ação Popular Marxista Leninista) e ao MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro).[26] Este periódico manteve-se em circulação, mesmo de forma irregular, até 1980.

Em junho de 1976, surgiu outro periódico em São Paulo: o *Nós Mulheres*, tendo Marisa Corrêa como jornalista responsável. Era editado por mulheres que, apesar de se dizerem distantes da "militância política organizada", eram, em grande parte, ex-exiladas pertencentes à vertente Debate.[27] O objetivo desse jornal era privilegiar o tema "mulher" e, já no primeiro número, proclamou-se feminista. Durante toda sua existência (circulou até 1978), manteve com o periódico *Brasil Mulher* uma relação de disputas e solidariedades.

Progressivamente, o jornal *Brasil Mulher* incorporou temáticas específicas do feminismo e o *Nós Mulheres*, em vários momentos, comprometeu-se com a luta pela democracia e discutiu a questão das classes sociais.

Brasil Mulher e *Nós Mulheres*, além de divulgarem as ideias dos grupos aos quais pertenciam, também eram usados na busca de novas adeptas. A militante Maria Amélia de Almeida Teles, por exemplo, levava exemplares do *Brasil Mulher* para bairros da periferia de São Paulo onde havia clubes de mães e discutia seus artigos em 18 desses clubes, formando grupos de reflexão. A feminista Maria Lygia Quartim de Moraes também usava o periódico *Nós Mulheres* em discussões que promovia em clubes de mães em São Paulo.

Na década de 1980, surgiram inúmeros periódicos autoproclamados feministas, tais como: *Mulher Liberta Mulher* (1980), *Mulherio* e *Chana Com Chana* (ambos de 1981). Todos esses tiveram vida bem curta, com exceção de *Mulherio*, que circulou até 1987.[28]

CONVIVENDO COM AS CRÍTICAS

As críticas aos grupos de consciência/reflexão foram inúmeras, e vieram de muitos lugares, inclusive de muitas feministas. No mínimo, eles foram acusados de ser inócuos. A falta de hierarquias, tão decantada em sua metodologia, era, no final das contas, uma espécie de autoritarismo sem regras – diziam algumas.[29] A organização em rede não trazia resultados concretos – argumentavam outras. Várias ativistas entendiam que o necessário era realizar manifestações de rua ou criar centros de ajuda às vítimas da violência doméstica ou de cuidados com a saúde da mulher. Algumas, por sua vez, defendiam que a transformação real da sociedade machista viria somente com mudanças na legislação. Certas militantes diziam que a sexualidade não era relevante e que o mais importante era tratar da questão "mulher e trabalho". Havia mesmo participantes dos grupos de consciência/reflexão que tinham dificuldades em assumir que o faziam, por vergonha, especialmente dos assuntos íntimos que eram debatidos.[30]

Além de todas essas críticas, formuladas pelas próprias colegas de feminismo, as mulheres envolvidas em grupos de reflexão enfrentavam o forte preconceito então existente na sociedade brasileira contra o feminismo. Esse preconceito também atingia as militantes que atuavam nos Centros da Mulher, na elaboração de periódicos e nas reuniões com mulheres de bairros populares. Não foram poucas as vezes que as feministas se viram constrangidas a afirmar que não eram "contra os homens".[31] Muitas ativistas também achavam importante deixar claro que não eram lésbicas (epíteto frequentemente atribuído às feministas na época). Além disso, embora, no interior dos periódicos que publicavam com suas ideias, a identificação com o feminismo estivesse expressa em palavras, os títulos referiam-se à *mulher* ou às *mulheres*, e não ao *feminismo*.[32] A ausência de referências explícitas ao feminismo nos títulos é significativa. De fato, o antifeminismo era muito forte na sociedade brasileira dos anos 1970 e 1980.

GRUPOS NO EXÍLIO

Devido à ditadura militar, várias mulheres que se opunham às diretrizes do regime tiveram que sair do país; foram banidas ou fugiram para não serem presas, torturadas, assassinadas. No exílio, participaram de grupos de consciência feministas. São conhecidos pelo menos cinco grupos que conta-

vam com a presença de brasileiras exiladas. Um em Santiago, no Chile, coordenado por Zuleika Alambert. Três em Paris: o Grupo Latino-Americano de Mujeres en Paris, coordenado por Danda Prado (que publicou um boletim periódico chamado *Nosotras*); um grupo coordenado por Zuleika Alambert; o Círculo de Mulheres de Paris, responsável pelo periódico *Agora é que são elas*. Em Lisboa, um grupo de reflexão (estudos e consciência) se reunia no apartamento de Marli Moreira Alves.[33] Desses grupos de exiladas, apenas os coordenados por Zuleika Alambert (que preferiam ser apenas "grupo de mulheres") não se autodenominavam feministas.

Regina (codinome), uma das brasileiras exiladas na França nessa época, explica como se deu, para ela e muitas outras, a identificação com o feminismo, que acabaria por traçar-lhe novos rumos de vida:

> Para a maioria de nós, a tomada de consciência feminista aconteceu aqui na França, porque existe um movimento social que serviu como ponto de referência. Foi todo um processo coletivo de troca de experiências com outras mulheres. Antes, no Brasil, a gente tinha um profundo desprezo pelas mulheres. Eu, por exemplo, queria ser homem como os outros companheiros, subestimava as companheiras, achava que elas eram todas limitadas, nunca trocaria minhas experiências com elas.[34]

Para elas, a "tomada de consciência" a partir da troca de experiências resultava na valorização das mulheres (de si mesma e das outras) e na identificação coletiva, que criava um sentimento de "irmandade". Esse sentimento, entretanto, era ameaçado dentro dos próprios grupos por causa do preconceito de algumas integrantes contra o lesbianismo. A crítica tantas vezes ouvida pelas feministas de que todas seriam lésbicas fazia com que algumas quisessem a todo custo se afastar desse rótulo, o que causava sérias divisões nos grupos de mulheres. Havia dentre elas, inclusive, as que acusavam as companheiras realmente lésbicas de serem "pessoas doentes". Em contrapartida, como forma de reação, lésbicas perguntaram, num dos artigos publicados no *Nosotras*, de Paris, se seria possível "curar a heterossexualidade".[35]

O TRABALHO DOMÉSTICO EM QUESTÃO

Direitos ligados ao corpo e à sexualidade, liberdade de expressão, participação no mercado de trabalho e educação igualitárias não eram as únicas bandeiras do feminismo de "Segunda Onda". O trabalho doméstico histo-

ricamente visto como um encargo feminino também passou a ser questionado. As feministas queriam que os homens dividissem com as mulheres os afazeres domésticos e, mais, que o Estado fizesse sua parte construindo creches nas quais as crianças pudessem ficar enquanto elas e eles iam para o trabalho; lavanderias coletivas, onde pudessem lavar e secar rapidamente as roupas da família; restaurantes populares para não precisarem fazer almoço e jantar em casa todos os dias.

Nos jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, por exemplo, eram comuns reportagens e charges criticando uma situação muito frequente no espaço doméstico: marido e mulher voltando do trabalho juntos, ele se encaminhando para a poltrona e se instalando na frente da televisão, e ela iniciando sozinha sua *outra* jornada de trabalho: lavar roupas e louças, preparar comida, limpar a casa, atender as crianças.[36]

Em 1974, o editorial de *Nosotras* registrou que, depois de muitas discussões, as ativistas haviam entrado em acordo a respeito daquilo que devia fazer parte da reivindicação para qualquer movimento feminista:

> 1) instalação de equipamentos coletivos para socializar a maior parte dos serviços domésticos [...]; 2) obrigatoriedade de incluir estes equipamentos dentro de todo plano urbanístico ou mesmo quando se trata da construção de um único imóvel; 3) união internacional entre os movimentos feministas quanto à denúncia contra a repressão de qualquer grupo de mulheres que esteja lutando em qualquer país pela divulgação, conscientização e aplicação destes princípios.[37]

Até hoje, a reivindicação de que o trabalho doméstico não recaia somente sobre os ombros das mulheres, mas seja dividido com os homens e o Estado, permanece, pois ainda não foi atendida a contento. Poucas mulheres têm a sorte de contar com a participação do companheiro nas tarefas do lar. Mesmo as que recebem tal colaboração (considerada uma "ajuda"), sentem-se as principais responsáveis pela organização e boa administração do lar. As cidades são carentes de equipamentos garantidos com recursos públicos que facilitem a vida das famílias. A "dupla jornada" continua, pois, sendo um grande peso para as brasileiras.

FEMINISMO À BRASILEIRA

Como vimos, viver sob uma ditadura fez muita diferença para o feminismo que se constituiu no Brasil. Na França, por exemplo, o "inimigo"

principal das feministas era o *patriarcado*.[38] No Brasil, com tantas mazelas políticas e sociais, havia muito mais a fazer para além de combater o machismo ou defender a liberdade sexual da mulher, por exemplo. Aqui as feministas se posicionam contra o patriarcado, mas também foram impelidas a assumir outras lutas.

Durante a década de 1970 e grande parte da década de 1980, o embate ideológico das ativistas ficou centralizado entre as "lutas gerais" (contra a ditadura, por mudanças sociais ou pelo socialismo, por exemplo) e as "lutas específicas" das mulheres (as pautas feministas propriamente ditas). Nos periódicos feministas brasileiros, as chamadas "lutas gerais" eram sempre uma referência, como no editorial de *Nós Mulheres*, de agosto/setembro de 1977: "a luta pela emancipação feminina é parte integrante da luta por uma sociedade mais justa e democrática".[39]

Mesmo assim, as feministas eram constantemente criticadas por organizações e militantes de esquerda. Os partidos políticos que estavam na clandestinidade, por exemplo, estranharam a emergência do novo feminismo. Achavam "um absurdo"[40] que os grupos feministas pudessem atuar como um movimento autônomo. Diziam que estes eram uma espécie de "chá das cinco" de mulheres ricas e ociosas, "uma terapia sem guru, nem terapeuta",[41] um desperdício de tempo que poderia ser mais bem empregado se fosse destinado à luta "maior" e "geral". As facções políticas de oposição ao regime militar consideravam os grupos de consciência e as reivindicações específicas das mulheres como "desvio pequeno-burguês". Acusavam as feministas de divisionismo, pois, ao invés de somar esforços, estariam promovendo a discórdia nas famílias e no campo da esquerda. Além de tentar desqualificar as reivindicações feministas, partidos políticos e determinados grupos de esquerda tentaram cooptar e aparelhar não só o movimento feminista, mas também todas as ramificações autônomas do movimento de mulheres.[42] Foi bastante comum, principalmente após 1975, o envio de mulheres militantes de partidos para os grupos de mulheres com a "missão" de fazer proselitismo e conquistar pessoas para as causas que consideravam "realmente importantes". Porém, muitas dessas enviadas acabaram por se tornar verdadeiramente feministas, contradizendo a intenção inicial de quando se agregaram aos movimentos de mulheres.

Por outro lado, a presença de mulheres em grupos de esquerda chegou algumas vezes a configurar uma "dupla militância", já que elas levavam para esses grupos ideias extraídas do movimento feminista.

O pensamento e as reivindicações discutidos nos grupos feministas foram divulgados em periódicos, livros, peças de teatro e programas de tevê. (Capa do livro da jornalista feminista Heloneida Studart lançado em 1974.)

Foi esse contexto que conduziu à incorporação da questão de classe social à pauta do feminismo brasileiro, que passou dar especial atenção à mulher trabalhadora. Assim, enquanto nos Estados Unidos, por exemplo, a reivindicação feminista era simplesmente "salário igual, por trabalho igual", no Brasil, além desta, as feministas lutavam pela participação das mulheres em sindicatos, pelos direitos das empregadas domésticas, pela saúde e a segurança das mulheres no trabalho e contra o assédio sexual de chefes e colegas.

PARA ALÉM DOS GRUPOS E DOS PERIÓDICOS

O pensamento e as reivindicações originados nos grupos de consciência/reflexão seriam divulgados em outros espaços, como, por exemplo, o teatro e a televisão.

Cidinha Campos, Marília Pêra entre outras atrizes levaram-nos para o espaço cênico na peça *Homem não entra*, escrita em 1975, de autoria de Rose Marie Muraro e Heloneida Studart. A ação da peça passava-se na plateia, e não no palco. Somente mulheres podiam participar; os homens podiam esperá-las fora do teatro e as crianças trazidas pelas mães ficavam sob os cuidados de outras pessoas. No decorrer do espetáculo, o público transformava-se em uma espécie de "grupo de reflexão": as mulheres contavam como eram suas vidas e faziam suas queixas. A peça foi acusada de sexismo e acabou proibida pela ditadura. *Homem não entra* era, em grande parte, inspirada em obras como a de Eve Ensler, *Monólogos da vagina*, que, desde os Estados Unidos, traziam para o teatro as discussões sobre a condição feminina.[43]

Apesar de todos os obstáculos e censuras, mais e mais mulheres foram se interessando por questões feministas no Brasil, mesmo sem se dar conta de que eram feministas. Observando o grande potencial mercadológico gerado por esse interesse, emissoras de televisão passaram a incorporar certas propostas do feminismo em sua grade de programação. Em 1980, por exemplo, a sexóloga Marta Suplicy foi convidada a apresentar um quadro do programa *TV Mulher*, da Rede Globo, no qual informava e discutia assuntos como prazer, orgasmo, sexualidade, masturbação, chegando a dar conselhos práticos.[44] O *TV Mulher* era exibido no período da manhã e seu público-alvo eram as donas de casa. O quadro apresentado por Marta Suplicy sofreu vários ataques de grupos organizados e de indivíduos conservadores, que se manifestavam através de cartas e abaixo-assinados. Entretanto, foi mantido até 1986, quando todo o programa *TV Mulher* foi retirado do ar.

Havia também outras iniciativas da mídia que colaboravam para divulgar reivindicações feministas: este era o caso dos episódios do seriado *Malu Mulher*, que foram ao ar na Rede Globo entre maio de 1979 e dezembro de 1980 e retratavam a vida de uma mulher divorciada e emancipada; da presença dos artigos da psicóloga feminista Carmen da Silva na revista feminina *Claudia*, desde os anos 1960; de diversas reportagens e entrevistas em revistas como *Realidade* e *Veja* e em jornais como a *Folha de S.Paulo*, entre outros.

Também passaram a dar visibilidade às ideias feministas as manifestações do Dia 8 de março; as campanhas para prevenir a violência contra as mulheres, como a que divulgou o famoso *slogan* "Quem ama não mata";[45] as ofertas de cursos, palestras e encontros em torno dos problemas das mulheres.

As feministas, aos poucos, também diversificaram sua atuação com a instituição de núcleos de estudos sobre mulher e gênero em universidades, a criação de ONGs (organizações não governamentais) e a construção de mais casas para abrigar mulheres vítimas da violência, por exemplo. Depois da Abertura Política,[46] as feministas, assim como outros movimentos sociais, puderam atuar mais abertamente, o que contribuiu para que suas reivindicações ficassem mais conhecidas, e várias delas fossem acatadas, no país.

A presença de mulheres na cidade e no campo participando de associações comunitárias e reivindicando espaço político promoveu o surgimento de várias líderes comunitárias no Brasil. Dentre elas, algumas (ainda poucas) chegariam a obter cargos no setor público através de eleições.

Graças à pressão do feminismo organizado, mudanças importantes ocorreram no Brasil, por exemplo, as garantidas pela Constituição de 1988 ou a famosa Lei Maria da Penha, que procura coibir a violência contra as mulheres. Se, hoje, o assunto sexo não é mais o tabu de antigamente ou se os brasileiros convivem mais tranquilamente com a ideia de mulheres em cargos de chefia, devemos reconhecer, nessas conquistas, a grande influência das lutas feministas.

VOCÊ É FEMINISTA?

Atualmente, não se fazem mais grupos de consciência/reflexão. Em certo sentido, podemos dizer que se transformaram em "oficinas", reuniões organizadas e desenvolvidas por ONGs, conduzidas por "especialistas" em rea-

lizar discussões sobre a intimidade e a sexualidade. Também não ocorrem mais com tanta frequência manifestações de rua em forma de passeatas (esta é uma prática utilizada agora mais pelo movimento gay, como os desfiles do Dia do Orgulho Gay). Mas as redes feministas continuam a existir. Entre outros espaços de divulgação de ideias, ocupam, de forma expressiva, a internet e suas redes sociais, onde continuam a debater, protestar e reivindicar. As ativistas no Brasil sabem que as poucas conquistas obtidas para as mulheres nunca estão asseguradas e que muito ainda há por fazer num país em que mulheres continuam morrendo em abortos clandestinos e um contingente enorme é alvo da violência doméstica, por exemplo.

Embora ainda exista preconceito contra a palavra (o rótulo, o título) *feminista*, um número muito maior de mulheres, e até de homens, se dizem feministas. Mas, mesmo não assumindo o nome, hoje já é comum mulheres e homens aceitarem que a mulher é capaz de constituir família ao mesmo tempo que investe na profissão e mantém um relacionamento equilibrado e satisfatório com o parceiro. Também é muito frequente a indignação diante da discriminação sexual, da violência que tem a mulher como alvo ou das restrições impostas à saúde e às decisões das mulheres sobre seu próprio corpo. Talvez a maior conquista das jovens feministas dos anos 1970 e 1980 – muitas vezes desconhecida das novas gerações – seja o reconhecimento da existência de *outras maneiras de ser uma mulher*, para além das funções idealizadas de esposa, mãe e dona de casa. Até meados do século XX, aquelas que queriam se dedicar a uma profissão, por exemplo, eram levadas a acreditar que deveriam abdicar do casamento e da maternidade. Hoje, o pensamento é outro.

E você, como se situa em tudo isso? Ainda acha que não é feminista?

NOTAS

[1] A desqualificação do feminismo, geralmente, é atribuída ao fato de as feministas sufragistas inglesas terem defendido suas reivindicações de forma barulhenta e violenta. Ver Christine Bard, *Un siècle d'antiféminisme*, Paris, Fayard, 1999, e Rachel Soihet, "Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas", em *Revista Estudos Feministas*, v. 5, n. 1/97. Certamente, também, a reação machista às reivindicações feministas ajuda a reforçar os preconceitos.

[2] Costuma-se definir como "Primeira Onda" o movimento feminista que, no final do século XIX e início do XX, reivindicava para as mulheres direitos políticos (votar e ser eleita), direito à educação com currículos iguais aos dos homens e direito ao trabalho remunerado com salário igual por trabalho igual. "Segunda Onda" denomina o movimento iniciado a partir de meados dos anos 1960 e que acrescenta reivindicações referentes à sexualidade (direito ao prazer), ao corpo (aborto e contracepção). Essa classificação, entretanto, tem sido questionada por alguns estudiosos. Ver Clare Hemmings, "Contando estórias feministas", em *Revista Estudos Feministas*, v. 17, n. 1, 2009, p. 215-241.

[3] Iniciada em 1964 e tornada mais poderosa a partir de 13 de dezembro de 1968, com o AI-5 (Ato Institucional número 5).

[4] Quando a maioria esmagadora dos participantes são mulheres, o movimento social é chamado de "movimento de mulheres". O feminismo é um tipo específico de movimento de mulheres.

[5] Nos contingentes que se deslocaram progressivamente das áreas rurais para as áreas urbanas, havia um grande número de mulheres. Esse deslocamento deu-se, em grande parte, pelo desenvolvimento da indústria agropecuária, que dispensou mão de obra no campo e concentrou a propriedade em torno de grandes empreendimentos.

[6] Isso era uma novidade com relação às manifestações da primeira metade do século XX, nas quais os homens eram maioria quase absoluta.

[7] A primeira marcha de mulheres de direita ocorreu em São Paulo, em 19 de março de 1964, e era uma resposta ao comício do então presidente da República João Goulart, realizado em 13 de março daquele ano, quando foram anunciadas as reformas de base. As "marchadeiras" repudiavam essas reformas, que consideravam "comunizantes"; ou seja, poderiam levar ao comunismo. Outra grande manifestação de mulheres de direita ocorreu em 2 de abril de 1964, logo após o Golpe Militar. Ver Janaina Martinas Cordeiro, *"A nação que se salvou a si mesma": entre memória e história, a campanha da mulher pela democracia (1962-1974)*, Niterói, 2008, Dissertação de Mestrado, UFF.

[8] A *Passeata dos 100 mil* foi feita contra a ditadura militar e sob o impacto da morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, assassinado pela polícia militar no restaurante universitário chamado Calabouço.

[9] *Clubes de mães* eram agrupamentos de mulheres ligadas às igrejas dos bairros populares que se reuniam para aprender e executar trabalhos manuais; com o tempo, muitas delas passaram a refletir criticamente sobre sua situação social e os problemas de seu bairro, o que as levou a reivindicar perante as autoridades melhores condições de vida. O *movimento por creches* manifestava-se diante de órgãos públicos especificamente pela construção de instituições que abrigassem as crianças enquanto suas mães trabalhavam. As *marchas da "panela vazia"* eram manifestações de rua em que mulheres batiam nas panelas ("panelaço"), fazendo muito barulho, exigindo o congelamento dos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade. Essas marchas foram muito comuns no início dos anos 1980, devido ao crescimento da inflação. Também foram feitos "panelaços" nas manifestações a favor dos presos políticos e das eleições diretas.

[10] *Casas da mulher* eram abrigos construídos para receber mulheres ameaçadas pela violência doméstica.

[11] Vera Soares, "Movimento feminista. Paradigmas e desafios", em *Revista Estudos Feministas*, n. especial/ 2º semestre/1994, p. 11-24.

[12] É deste período o intenso movimento pela independência de diversos povos que haviam vivido, até meados do século XX, sob o domínio – como protetorado, colônia ou província – de nações europeias. Os "movimentos de libertação" que surgiram em vários locais na África e na Ásia inspiraram, também, as mulheres.

[13] Muitas das informações sobre grupos como esse no Brasil foram obtidas através de entrevistas realizadas pela equipe do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina entre 2003 e 2008. Utilizamos neste texto dados obtidos em entrevistas com Maria Odila Leite da Silva Dias, Júlia Silvia Guivant, Júlia Matias de Albuquerque, Maria Amélia de Almeida Teles, Danda Prado e Maria Lygia Quartim de Moraes.

[14] Ver Anette Goldberg, *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*, Rio de Janeiro, 1987, Dissertação de Mestrado, IFCS, UFRJ, e Céli Regina Jardim Pinto, *Uma história do feminismo no Brasil*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.

[15] Moema Toscano e Miriam Goldenberg, *A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Revan, 1992, p. 55.

[16] Alfred Charles Kinsey publicou *Sexual Behavior in the Human Male* (1948) e *Sexual Behavior in the Human Female* (1953). William Howell Masters e Virginia Eshelman Johnson formaram uma equipe de trabalho sobre sexualidade humana muito importante; seus livros mais significativos foram: *Human Sexual Response* (1966) e *Human Sexual Inadequacy* (1977). Shere Hite notabilizou-se, principalmente, por discutir a sexualidade feminina; seus livros *Sexual Honesty, by Women, For Women* (1974) e *The Hite Report on Female Sexuality* (1976) foram traduzidos no Brasil. Ver Roselane Neckel, *Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)*, São Paulo, 2004, Tese de Doutorado em História do Brasil, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

[17] Convém lembrar que outros métodos contraceptivos eram conhecidos há muito tempo. Há relatos de coito interrompido até na *Bíblia*, o "pecado de Onan": no *Gênesis*. Ver a respeito Jean-Louis Flandrin, *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, Lisboa, Estampa, 1991, p. 230-231.

[18] Juliet Mitchell, *La condición de la mujer*, Barcelona, Anagrama, 1977, p. 63-66.

[19] Entrevista com Maria Luiza Heilborn, apud Anette Goldberg, op. cit., 1987, p. 101.

[20] O ano de 1975 foi declarado pela ONU (Organização das Nações Unidas) o Ano Internacional da Mulher. A ONU também promoveu, na Cidade do México, a Primeira Conferência do Ano Internacional da Mulher, entre 19 de junho e 2 de julho de 1975.

[21] Ver Joana Maria Pedro, "Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)", em *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, n. 52, v. 26, 2006, p. 249-272; Rose Marie Muraro, *Memórias de uma mulher impossível*, Rio de Janeiro, Record/Rosa dos Tempos, 1999, p. 176-177 e Céli Regina Jardim Pinto, *Uma história do feminismo no Brasil*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 58.

[22] Anette Goldberg, op. cit., p. 121.

[23] "Reflexões sobre o feminismo", em *Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro*, jul. 1980, p. 2.

[24] O coito interrompido e a camisinha, dois métodos muito antigos, dependiam da destreza dos homens.

[25] Céli Regina Jardim Pinto, op. cit., p. 58.

[26] Rosalina de Santa Cruz Leite, "*Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*: origens da imprensa feminista brasileira", em *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(1): 234-41, jan./jun. 2003. Maria Amélia de Almeida Teles, *Breve história do feminismo no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1993.

[27] *Debate* era uma dissidência política surgida no exílio que agrupava ex-militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), além de mulheres autônomas. Ver Rosalina de Santa Cruz Leite, op. cit.

[28] Ver Elisabeth Cardoso, "Imprensa feminista brasileira pós-74", em *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 12 (N.E.): 37-55, set./dez. 2004, p. 46-49.

[29] Jo Freeman, *A tirania das organizações sem estrutura*, São Paulo, Index Librorum Prohibitorum, 2002, p. 7.

[30] Maria Lygia Quartim Moraes, *A experiência feminista dos anos setenta*, Araraquara, Unesp, 1990, p. 29.

[31] "Editorial", em *Nós Mulheres*, São Paulo, n. 6, p. 2, ago./set. 1977.

[32] Apenas em São Paulo, em 1984, surge um periódico com o título *Folha Feminista*. Os demais, com o título de *Feminista*, serão publicados apenas nos anos 1990. Ver Elisabeth Cardoso, op. cit., p. 46-49.

[33] Depoimento de Albertina Costa, no "Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul", ocorrido na UFSC, em Florianópolis, entre 4 e 7 de maio de 2009.

[34] Este depoimento aparece em Albertina de Oliveira Costa et al., *Memórias do exílio*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, v. II, p. 414.

[35] Convém salientar que, no Brasil, foi somente a partir de 1979 que feministas lésbicas passaram a atuar como grupo específico. Inicialmente ligadas ao SOMOS (Grupo de Afirmação Homossexual de São Paulo), a partir de 1980 formaram, em separado, o Grupo Lésbico-Feminista, que adotou, em 1981, a sigla GALF (Grupo de Ação Lésbico-Feminista), reivindicando respeito por suas escolhas. Ver Marylucia Mesquita, *Revista Lábia do GALF* – Grupo de Activistas Lesbianas Feministas Terceira Época, Lima, n. 18, diciembre 2004. Site: http://www.galf.org/

[36] Ver Soraia Carolina Mello, *Feminismos de Segunda Onda no Cone Sul: problematizando o trabalho doméstico (1970-1989)*, Florianópolis, 2010, Dissertação de Mestrado em História, UFSC.

[37] *Nosotras*, Paris, ano I, n. 1, jan. 1974, p. 1.

[38] *Patriarcado* é o nome dado à formação social na qual os homens detêm o poder. É quase sinônimo do conceito de *dominação masculina* e produz a *opressão das mulheres*. A ideia do *patriarcado* (ou *sistema patriarcal*) como o inimigo principal foi exposta no artigo de Christine Delphy, "L'ennemi principal". *Partisans*. Libération des Femmes Anné, em Paris, F. Maspéro, 1974.

[39] *Nós Mulheres*, n. 6, p. 2, ago./set. 1977.

[40] Entrevista com Armando Ribeiro, que militou no PCB, casado com a feminista Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, realizada em 4 de maio de 2004 por Marcos Montysuma, no Rio de Janeiro.

[41] Albertina Costa, "É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação, São Paulo, 1970", em *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 66, ago. 1988.

[42] A respeito do aparelhamento do feminismo, ver Anette Goldemberg, "Tudo começou antes de 1975: ideias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo bom para o Brasil", em *Relações sociais de gênero X relações de sexo*, Departamento de Sociologia – Área de Pós-graduação, Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero, 1989. Ver, também, Céli Regina Jardim Pinto, op. cit.

[43] A peça de Eve Ensler foi publicada no, Brasil, pela Bertrand Russel. Essa mesma peça seria encenada em outro momento com adaptação de Miguel Falabela, no Brasil.

[44] Ver Rose Marie Muraro, op. cit.

[45] Esta campanha surgiu após o primeiro julgamento, com absolvição, de Doca Street, pelo assassinato de Ângela Diniz. Ver o capítulo sobre violência contra a mulher, neste livro, escrito por Lana Lage e Maria Beatriz Nader.

[46] Chamou-se Abertura Política ao período imediatamente posterior à distensão "lenta, gradual e segura", anunciada no governo do presidente general Ernesto Geisel (1974-1979). Esta Abertura foi caracterizada pela redução da censura e pelo retorno lento das liberdades democráticas. Só foi concluída em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves para a presidência da República.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, Elisabeth. Imprensa feminista brasileira pós-74. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 12 (N.E.): 37-55, set./dez. 2004.

COSTA, Albertina. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação – São Paulo, 1970. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 66, ago. 1988.

GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo*: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Rio de Janeiro, 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 121.

HIRATA, Helena et. al., *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. *Revista Estudos Feministas*, n. 1, v. 17, 2009, p. 215-241.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil mulher e nós mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 11(1): 234-241, jan./jun. 2003.

MITCHELL, Juliet. *La condición de la mujer*. Barcelona: Anagrama, 1977.

MORAES, Maria Lygia Quartim. *A experiência feminista dos anos setenta*. Araraquara: Unesp, 1990.

MURARO, Rose Marie. *Memórias de uma mulher impossível*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1999.

NECKEL, Roselane. *Pública vida íntima*: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979). São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em História do Brasil) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, n.52, v. 26, 2006. p. 249-272.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SOARES, Vera. Movimento feminista. Paradigmas e desafios. *Estudos Feministas*, n. especial, 2º semestre 1994, p. 11-24.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Miriam. *A revolução das mulheres*: um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992.